

ANALYSIS OF PEDESTRIAN ITINERARIES IN THE HISTORICAL CENTERS OF THE CITIES OF PORTIMÃO AND LOULÉ: A CONTRIBUTION TO CULTURAL AND ACCESSIBLE TOURISM

Ana Rodrigues¹

Manuela Rosa²

Efigénio Rebelo³

Abstract:

Tourism is a major factor for cities holding cultural or heritage events as they contribute to the growth of the local economy and the creation of new patrimonial spaces. Increasingly urban rehabilitation in historic centers is thought about taking into account its tourist potential. In this context, there are some innovative urban centers with pedestrian itineraries that promote accessible and cultural tourism.

The Algarve region is a tourist destination that, in addition to the "Sun & Beach", intends to offer new segments, of which cultural tourism and accessible tourism stand out. Its consumers are given a new image with sustainable tourism products. The objective of this study is to analyze the patrimonial potential of the urban environments in two tourist pedestrian routes are integrated: the "Accessible Route" of the city of Portimão and the pedestrian itineraries "Comércio" and "Património" of the city of Loulé. The principal aim is to identify the tangible and intangible cultural heritage and to understand how it is transmitted to the consumers.

The applied methodology consists in the collection of quantitative and qualitative data, through campaigns of visitation and inventory. The results obtained demonstrate that urban spaces have heritage values and these are used to disseminate the local culture. Cultural and accessible tourism can contribute to the sustainable development of territories, by triggering economic growth, cultural conservation and social inclusion.

Keywords: Accessible cultural tourism, architectural heritage, immaterial heritage, historic centers, cultural and accessible itineraries.

¹ Faculty of economics, Algarve University, Portugal, a51489@ualg.pt

² Institute of Engineer, Algarve University, Portugal, mmrosa@ualg.pt

³ Faculty of Economics, Algarve University, Portugal, e-mail: elrebelo@ualg.pt

ANÁLISE PATRIMONIAL DOS PERCURSOS PEDONAIS NOS CENTROS HISTÓRICOS DAS CIDADES DE PORTIMÃO E LOULÉ: UM CONTRIBUTO PARA O TURISMO CULTURAL E ACESSÍVEL

RESUMO:

O turismo constitui um fator de grande importância para as cidades detentoras de eventos culturais ou de património pois contribuem para o crescimento da economia local e a criação de novos espaços patrimoniais. Cada vez mais a requalificação urbana em centros históricos é pensada tendo em consideração o seu potencial turístico. Neste contexto, surgem alguns centros urbanos inovadores com itinerários pedonais promotores do turismo acessível e cultural.

A região do Algarve é um destino turístico que, para além do “Sol & Praia”, pretende oferecer novos segmentos, dos quais destacam-se o turismo cultural e o turismo acessível. É dada aos seus consumidores uma nova imagem com produtos turísticos sustentáveis. O objetivo deste trabalho consiste em analisar o potencial patrimonial dos ambientes urbanos onde estão integradas duas rotas pedonais turísticas: a “Rota Acessível” da cidade de Portimão e os itinerários pedonais “Comércio” e “Património” da cidade de Loulé. Pretende-se identificar o património cultural material e imaterial e compreender como é dado a conhecer aos consumidores.

A metodologia aplicada consiste na recolha de dados quantitativos e qualitativos, através de campanhas de visita e inventariação. Os resultados obtidos demonstram que os espaços urbanos têm valores patrimoniais sendo estes usados para difusão da cultura. O turismo cultural e acessível poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios, ao desencadear crescimento económico, conservação cultural e inclusão social.

Palavras-Chave: Turismo cultural e acessível, património arquitetónico, património imaterial, centros históricos, itinerários culturais e acessíveis.

1. INTRODUÇÃO

O turismo cultural é um dos segmentos de turismo que mas tem crescimento global nas últimas décadas (UNTWO, 2015). Este facto deriva do vasto número de produtos que oferece aos consumidores. Os destinos com turismo cultural são normalmente dotados de atividades relacionadas com o edificado patrimonial e com a paisagem urbana local (Ginting & Wahid, 2015).

É fundamental para um destino com turismo cultural a implementação de uma gestão do património cultural. Esta gestão deve possuir uma estratégia, intimamente

ligada às atividades da conservação e salvaguarda do património. Deve também ter em consideração a aplicação de medidas sustentáveis (Rodgers & van Oers, 2011). Dentro deste contexto, em 1992 a UNESCO fez a atribuição das rotas culturais na *World Heritage List*. Foi assim, constituído um novo produto turístico, relacionado com os ambientes, as paisagens e a cultura tangível e intangível dos lugares.

A região do Algarve desde os anos 70 do século passado desenvolveu a sua indústria do turismo, em função do turismo de massas associado ao segmento “Sol & Praia”. Embora ainda seja o segmento âncora da região, nas últimas décadas tem sido notório o desenvolvimento de segmentos alternativos. De acordo com o Plano de Marketing Estratégico para o Turismo do Algarve (PMETA), promovido pela Região de Turismo do Algarve, o turismo cultural e o turismo sénior/acessível são considerados segmentos potenciadores e alvo de desenvolvimento.

O atual estudo tem como principal objetivo a análise patrimonial de duas rotas turísticas, localizadas em centros históricos, de duas cidades da região do Algarve: a “Rota Acessível” em Portimão e os Percursos Pedonais “Comercio” e “Património” em Loulé. Pretende-se com este estudo averiguar qual a importância do património cultural para a criação de ambientes urbanos de carácter histórico.

2. OS PARADIGMAS DOS CENTROS HISTÓRICOS DAS CIDADES - SUSTENTABILIDADE E CULTURA

Após a II.^a Guerra Mundial foi dada uma maior importância aos valores históricos das cidades. Surgia assim o conceito de centro histórico e a necessidade de implementação de regimes jurídicos de salvaguarda da paisagem urbana (Wang, 2012). Outro contributo para a preservação e conservação do património foi o insucesso do movimento modernista. Em parte, o seu falhanço deveu-se à falta de preocupação na área ambiental e patrimonial, bem como por ser promotor da exclusão social (Peixoto, 2017). Nascia assim, um planeamento urbano que integrava os centros históricos, a cultura local e a sustentabilidade das cidades.

Atualmente as alterações climáticas e a globalização possuem um impacto bastante significativo nas vivências dos meios urbanos e no património (Bandarin & van Oers, 2012). Para combater o crescimento destes fenómenos promove-se a conservação e divulgação do património, bem como a diversidade cultural. Tratam-se de processos onde se deve ter em consideração a gestão patrimonial dos centros históricos (ICOMOS, 1999). Os atuais paradigmas da conservação urbana centram-se na autenticidade e integridade das áreas históricas: o desenvolvimento socioeconómico e a construção de ambientes urbanos sustentáveis.

Algumas entidades internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, (UNESCO), ou o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) criaram novas ferramentas de conservação urbana em áreas históricas. Destas ferramentas destaca-se a implementação do *Historic Urban Landscape* pela UNESCO. Já no que se refere às Nações Unidas, podem-se mencionar os 17 objetivos propostos para o desenvolvimento sustentável. Destes objetivos salienta-se o ponto 11 onde se propõe a construção de cidades e comunidades sustentáveis. A Nova Agenda Urbana *Habitat III*, promovida pela UN-Habitat em 2016,

também defende a criação de cidades inclusivas e sustentáveis para todos. Deste documento destaca-se o seu ponto 60, onde se defende a sustentabilidade das economias locais, a inovação e a modernização tecnológica bem como a criação de indústrias culturais sustentáveis na área do turismo. Neste processo devem estar integradas atividades na área da conservação do património (Nações Unidas, 2016).

Os ambientes urbanos e os edifícios patrimoniais devem ser considerados elementos fundamentais para o desenvolvimento do turismo. O tecido urbano consiste num conjunto de camadas com vários fatores tais como, o clima, a segurança, a economia, a política, a sociedade cultural e a religião (Ferri & Maturo, 2014). O património edificado é uma das motivações e um dos pontos atrativos dos visitantes; ajuda na percepção da envolvência territorial bem como da identidade local. Pode também ser uma fonte de renovação e desenvolvimento do turismo (Ferri & Maturo, 2014), destacando-se a transformação do espaço público em zonas comerciais, culturais e eventos. O turismo também pode levar à implementação de estratégias na área da conservação do património, tendo em consideração a identidade do local – cultura tangível e intangível.

O turismo cultural devidamente desenvolvido é uma mais-valia para um destino. Outro dos benefícios é permitir o desenvolvimento do mercado para pequenos operadores locais, bem como criar uma fonte de rendimento na área da cultura sustentável: gerador de postos de emprego e aumentar o número de visitantes. Já em termos negativos, o excesso de visitantes em espaços patrimoniais pode levar à construção de cenários culturais ou espaços ficcionados. O segmento do turismo cultural é detentor de 40% das receitas mundiais na indústria do turismo (Gaetan & Zheer, 2017). Desde os anos 80 do século passado que existe uma forte relação entre o património cultural e o turismo. As cidades históricas cada vez mais vão ao encontro dos interesses dos visitantes: procuram conhecer os costumes, as tradições e a história de cada sociedade (Peixoto, 2017).

Nas últimas décadas tem sido notório o desenvolvimento do turismo acessível, mesmo na área da cultura. As barreiras arquitetónicas, sociais e culturais podem também provocar a inibição da participação ativa nas experiências turísticas (Moura et al., 2017). A paisagem urbana em torno de monumentos ou de sítios está cada vez mais relacionada com o conceito de património cultural. São essencialmente espaços que podem proporcionar novos tipos de experiências. O atual paradigma do património cultural está em fazer a diferença através da acessibilidade (Sørmoen, 2009).

A consideração dos princípios do *design* universal na criação de espaços urbanos pode criar ambientes usufruídos por todos, em toda a sua extensão, sem qualquer tipo de ajuste. Assim, deve-se ter em consideração os componentes de um ambiente inclusivo (Quadro 2) para construir um destino cultural acessível.

Quadro 1- Componentes para um ambiente urbano inclusivo



Fonte: adaptado de Governo da Irlanda (2011)

As intervenções devem ser não intrusivas. Os princípios do *design* universal estão descritos na Carta de Amesterdão, documento adaptado pelo Conselho da Europa, onde se faz menção da conservação integrada, e quanto à prevenção diz que,

“ (...) *deve ser uma das primeiras considerações em todos os planeamentos urbanos e regionais. Deve-se assinalar que a conservação integrada não impede a introdução da arquitectura moderna nas áreas que contêm edifícios antigos, desde que sejam totalmente respeitados o contexto, as proporções, as formas, as dimensões e a escala existentes. (...)*” (Conselho da Europa, 1976: 4).

A Carta Internacional do Turismo Cultural (2008) considera que o património cultural demonstra o processo histórico de um lugar. Este património deve ser acessível em todas as dimensões e para todos, incluindo os residentes. Assim, as medidas de proteção e de conservação têm de facilitar a compreensão do valor patrimonial a todos os consumidores, e, simultaneamente, ser igualitária e sustentável (ICOMOS, 1999). Esta filosofia vai ao encontro das medidas de desenvolvimento sustentável propostas pelas Nações Unidas – objectivo 11 para a construção de cidades inclusivas.

A sustentabilidade urbana pode ser desenvolvida em função de 3 dimensões: economia, social e ambiente. Esta perspectiva de desenvolvimento tenta alterar os modos de vivência e de planeamento urbano impostos pela urbanização e globalização. Nos atuais processos de regeneração urbana sustentável é fundamental a consideração da cultura. Atualmente, o grande desafio está na gestão do património urbano simultaneamente com as necessidades e funções urbanas. Esta problemática é constatada em centros urbanos, nomeadamente em espaços classificados pela UNESCO (Guzmán et al., 2014).

Os atuais planos de regeneração urbana têm como base a preservação da identidade cultural local. Consistem num planeamento cultural fundamentado em 3 conceitos: a cultura, a criatividade e o planeamento urbano. Estes instrumentos normalmente têm uma estratégia a longo prazo, tendo em consideração a qualidade dos usos territoriais, dos valores económicos, ecológicos e sociais (Hassler et al., 2002). A imagem urbana, incluindo a do centro histórico, pode ser um fator de atratividade para o investimento privado. Em muito a imagem urbana envolve a cultura em forma de arte, arquitetura e eventos. Deste modo, a preservação arquitetónica do edificado é considerada um dos pontos estratégicos dos centros urbanos; integra a proteção dos recursos naturais, as

atividades económicas e os recursos ambientais para determinados usos (Ferrai & Maturó, 2014). Em suma, a cultura é um dos pilares do desenvolvimento sustentável da economia, da sociedade e do ambiente urbano. Pode-se verificar este facto através da promoção da inclusão social na vivência das suas cidades (Gaetan & Zheer, 2017). A adição de elementos tradicionais, identidade e a inovação pode criar cidades mais resilientes. (UNESCO, 2016).

O Tratado de Lisboa reforça a importância da cultura e dos serviços no espaço europeu (Assembleia da República, 2008). Já a Convenção de Faro destaca a importância do património e da cultura para a qualidade de vida das comunidades e do desenvolvimento da economia local. Também realça a importância das funções económicas e sociais que tem as intervenções de conservação do património cultural (Conselho da Europa, 2005). As manutenções da diversidade cultural e a economia tradicional dos sítios são essenciais para a diversidade e singularidade do lugar. (ICOMOS, 2011). Assim, a cultura está intimamente relacionada com o património, com a sua divulgação e preservação. O património cultural existe para além da paisagem da cidade e dos edifícios históricos, indo para o tangível e intangível. Implica assim, um capital de conhecimento proveniente do desenvolvimento das práticas humanas e suas experiências, ligação espacial, social e cultural pela memória (Nações Unidas, 2016).

Para Choay (2005) o património tem significado linguístico, literário (oral e escrita), plástico, arquitetural, urbano, territorial, à escala local, regional, nacional ou mundial. Para a conservação do património no âmbito prático devem ser combatidas as novas pedagogias da mundialização do turismo e em criar ambientes uniformes. E desta forma, eliminar as diferenças das localidades. Neste sentido é dada importância ao ambiente urbano. O conceito de ambiente no contexto de cidade foi primeiramente dado por Gustavo Giovannoni. Este conceito pode ser aplicado em bairros históricos, onde são reconhecidos valores históricos, artísticos intrínsecos diretamente relacionados com os monumentos e a envolvente. A sua proteção está na preservação das relações históricas e estéticas entre o edificado e o tecido urbano (Lopes, 2013).

Monumentos, centros históricos, património cultural e urbano são conceitos que demonstram como o mundo ocidental assume uma forte relação e importância com a temporalidade bem como a identidade (Choay, 1999). O conceito de indústria cultural nasceu nos anos 70 do século passado. Consiste num conceito resultante de um processo evolutivo oriundo do culto pela indústria. Cada vez mais os monumentos são explorados por todos os meios para obter o maior número de visitantes. Isto é, a entrega e rentabilização dos monumentos. As cidades e conjuntos antigos que incluem bairros históricos têm imagens próprias que devem ser integradas na vida contemporânea. A indústria patrimonial, conceito que se encontra integrado no da indústria da cultura, foi elaborada para o desenvolvimento do turismo. Como medida preventiva cultural e patrimonial surgem intervenções que têm uma componente de conservação secundária do património edificado. A preservação do património através do controlo de visitantes e de novos instrumentos estratégicos de desenvolvimento – planos multidisciplinares.

A atratividade cultural pode ser classificada em 3 grupos: edificado; valores culturais (estilos de vida, hábitos ou gastronomia) e eventos. Dentro destas atividades podem surgir vários segmentos de turismo:

- Turismo patrimonial – sítios e edifícios classificados;
- Rotas temáticas e culturais – relacionadas com o vernacular e com a arquitetura;
- Turismo cultural de cidades – capitais europeias da cultura, cidades clássicas;
- Turismo de tradições – atende às tradições locais;
- Rotas religiosas – atende ao património arquitetónico associado e ao imaterial;
- Turismo criativo – *design* e cultura;
- *Slow* turismo – interesse cultural com experiências tranquilas e eficientes.

Deste modo, a indústria da cultura na área do turismo consiste num segmento muito complexo. As atuais tendências do turismo cultural procuram espaços de pequena escala, ambientes onde se pode entrar em contacto com a identidade real do sítio. Pode ser também considerado uma alternativa para um destino, onde existe uma predominância do turismo de massas (Csapó, 2012).

Cada vez mais, as rotas culturais são consideradas elementos inovadores, competitivos para o desenvolvimento do património cultural e do turismo (UNTWO, 2015). O conceito de rotas culturais surgiu em 1992, pela atribuição e distinção na Lista da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), *World Heritage List*. Posteriormente, a *International Council of Monuments and Sites* (ICOMOS) e a UNESCO formaram o Comité Científico Internacional de Rotas Culturais, entidade que estabeleceu o conceito de Rota Patrimonial. Já em 2008, o ICOMOS ratifica a Carta dos Itinerários Culturais, documento considerado fundamental para a implementação e gestão sustentável de percursos culturais (Oikonomopoulou et al., 2017). As rotas ou itinerários culturais consistem em produtos turísticos desenvolvidos em função dos recursos territoriais de um determinado local (Carmona et al., 2017). Já em 2014, a *World Tourism Organization* (UNWTO) e o Instituto Europeu das Rotas Culturais criaram o Conselho Europeu das Rotas Culturais com o intuito de desenvolver rotas culturais turísticas (UNTWO, 2015).

Os casos recentes de sucesso de áreas urbanas históricas protegidas têm em comum a paisagem tradicional, os usos do território e a cultura. Este último elemento foi preservado para evitar conflitos com a comunidade. Também tiveram em consideração a inclusão, tendo perceção das necessidades dos residentes, desencadeando governança e aplicando nas infraestruturas. Deste modo foram dadas condições aos residentes para criar ambientes vivenciais. Assim, a cultura e património eram conservados (Wang, 2012).

Neste sentido, destaca-se o documento Estratégia Turismo 2027, onde tem como uma das linhas de atuação e tipologias prioritárias, a conservação e valorização do património, transformando-o para ser mais acessível. Também propõe a regeneração urbana, com políticas territoriais sustentáveis, a partir da reabilitação e qualificação do edificado, melhoramento do espaço público bem como a eliminação de barreiras físicas (Turismo de Portugal, 2017).

As dimensões do conceito de cultura na última década do século XX foram intensificadas. Isto envolveu não só um vasto leque de conceitos mas também a sua

interpretação e definição por instituições internacionais, tais como a UNESCO, a UNTWO ou mesmo o ICOMOS. Daí, a cultura, cada vez mais, possui uma carga institucional. Sendo assim, necessário a existência de declarações, recomendações ou convenções internacionais (Alves, 2012).

3. METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste estudo consiste na recolha de dados quantitativos e qualitativos sendo exploratória e descritiva. Para o seu bom desenvolvimento foram limitadas áreas urbanas *focus* de análise: as vias públicas dos itinerários pedonais das cidades de Portimão e de Loulé. A análise dos dois objetos de estudo centra-se nas características patrimoniais do espaço público, tanto na parte do edificado como no ambiente ou paisagem urbana. Para este estudo também considera-se a informação e comunicação existente nas áreas urbanas em análise. A recolha de dados foi feita a partir de campanhas de visitas e de observação direta desenvolvidas em 2017. O procedimento de recolha de dados foi desenvolvido em 4 fases (Quadro 2): 1.ª fase: levantamento de dados (em duas subfases: 1.º itinerário da cidade de Portimão e 2.º itinerários da cidade de Loulé); 2.ª fase: tratamento de dados (programa SPSS); 3.ª fase: análise dos dados e 4.ª fase: resultados do processo comparativo.

Quadro 2- Síntese da metodologia aplicada

“Rota Acessível” da cidade de Portimão	Trabalho de Campo	Local	Espaço público da Rota Acessível de Portimão
		Período	Janeiro a março de 2017
	Processo de recolha de dados	Universo (1)	Espaço público e edificado onde se encontra implementada a Rota Acessível de Portimão – total de 29 vias públicas; Instrumentos: Trabalho de pesquisa “ <i>in loco</i> ”, levantamento fotográfico, inventariação; <i>Google Maps</i> e <i>Google Earth</i> .
		Universo (2)	Estabelecimentos comerciais e culturais no espaço público onde se encontra implementada a Rota Acessível de Portimão – total de 429 estabelecimentos comerciais, com 14 de carácter patrimonial; Instrumentos: Trabalho de pesquisa “ <i>in loco</i> ”, levantamento fotográfico, inventariação, <i>Google</i> , <i>Facebook</i> , <i>Tripadvisor</i> .
Percursos “Comércio” e “Património” da cidade de Loulé	Trabalho de Campo	Local	Espaço público dos percursos “Património” e “Comércio” de Loulé
		Período	Abril a junho de 2017
	Processo de recolha de dados	Universo (1)	Espaço público e edificado onde se encontram implementados os percursos “Património” e “Comércio” de Loulé – total de 38 vias públicas; Instrumentos: Trabalho de pesquisa “ <i>in loco</i> ”, levantamento fotográfico, inventariação; <i>Google Maps</i> e <i>Google Earth</i> .
		Universo (2)	Estabelecimentos comerciais e culturais existentes no espaço público onde se encontram implementados os percursos “Património” e “Comércio” de Loulé – total de 438 estabelecimentos comerciais, com 18 com carácter patrimonial; Instrumentos: Trabalho de pesquisa “ <i>in loco</i> ”, levantamento fotográfico, inventariação, <i>Google</i> , <i>Facebook</i> , <i>Tripadvisor</i> .

Fonte: Elaboração própria, 2017

As metodologias qualitativas descritivas e a análise exploratória aplicadas consistiram na utilização de fontes de informação secundárias: redes sociais (*Facebook*); motores de busca (*Google*); sites turísticos (*Tripadvisor*) ou site próprio na web. Os resultados são apresentados de forma percentual para que seja obtida uma melhor compreensão e leitura a partir do procedimento comparativo.

4. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

4.1 Breve história da cidade de Portimão

O espaço territorial da cidade de Portimão foi desde sempre uma referência para a permanência de povoados. Sabe-se desse facto através dos vestígios arqueológicos localizados na zona ribeirinha da cidade de Portimão, tais como os tanques de salgas do período Romano. Nesta mesma área também foram encontrados vestígios arqueológicos do período da ocupação Árabe. De acordo com Dicionário Infopédia de toponímia (Porto Editora, 2003), o nome de Portimão poderá ter influência Romana; deriva do latim *Portus Magnus*, que significa 'porto grande', através do português arcaico *Portumano*. Oliveira (1905) fala dos Ceneos, povo da antiga Lusitânia que ocupou a região do Algarve. Este povo teve como um dos principais centros urbanos, o *Porto Annibal*, a atual cidade de Portimão.

No século XVI, durante o reinado de D. Manuel I foi dado o foral à então Vila Nova de Portimão. O núcleo urbano situava-se estrategicamente localizado num ponto alto, junto ao rio Arade. Devido à ascensão do povoado foi autorizada a construção da Igreja Matriz, obra apadrinhada pelo fidalgo Gonçalo Vaz Castelo Branco, 1.º senhor da Vila Nova de Portimão. Neste mesmo período foram erguidas as muralhas do castelo (Pereira, 2012).

A cidade mais tarde cresceu intramuros. O seu desenvolvimento foi feito por três eixos intrinsecamente relacionados com as entradas do castelo - a porta da Ribeira, a porta da Serra e a porta de S. João (Câmara Municipal de Portimão, 2014). Como em outros povoados da região do Algarve, a Vila Nova de Portimão sofreu graves danos com o terramoto e maremoto de 1755. Um dos edifícios que ficou mais danificado foi a Igreja do Colégio dos Jesuítas bem como as muralhas do castelo. Todo o processo de reconstrução deu uma maior importância territorial e administrativa à Vila Nova de Portimão. Foi neste período que foi elevada a sede de concelho e ter-se-á instalado o Bispado do Algarve.

Nesta época nasciam na Vila Nova de Portimão novas indústrias ligadas às conserveiras, aos frutos secos, fumeiros e estaleiros navais. Todo este crescimento levou a uma expansão do povoado, através de novas infraestruturas e edifícios.

Esse processo de desenvolvimento proporcionou que mais tarde fosse implementada a construção da atual zona ribeirinha de Portimão. Esta área da antiga vila de Portimão foi executada através de um aterro, em parte para a construção da ponte rodoviária, construída de 1863 e concluída em 1876. Esta obra de engenharia de metal só foi conseguida devido à influência de Visconde de Bivar, ilustre da terra. Outros equipamentos na zona ribeirinha foram edificados, tais como o cais de apoio à atividade piscatória - diretamente ligada à indústria conserveira. O porto da Vila Nova de Portimão foi considerado o primeiro porto piscatório do Algarve (Dionísio, 1927). Em 15 de fevereiro de 1903 inaugurou-se a Estação Ferroviária de Vila Nova de Portimão. Posteriormente, foi construída a ponte de ferroviária de Portimão, tendo sido aberta ao serviço em 1922.

Na 2.ª metade do século XIX surgem novos núcleos habitacionais, quarteirões na área do sapal da vila. Segundo Dionísio (1927), a vila de Portimão possuía uma grande

qualidade e diversidade de serviços de hotelaria, nomeadamente hotéis e hospedarias. Também descreveu a existência de comércio local e de serviços. Em termos de vivência social, a antiga vila de Portimão tinha vários cafés, tais como o café Casa Inglesa. Este mesmo autor também fez menção das especialidades gastronómicas, destacando a doçaria através dos morgados ou dos Dom Rodrigues. Em termos arquitetónicos mencionou a importância da igreja Matriz e do colégio dos Jesuítas. Já em termos de ambiente urbano descreveu a arquitetura da antiga vila fortemente relacionada com a indústria: conserveira, liturgia, serralharia mecânica, serração de madeira, fundição de metais, moagem e cortiça.

A indústria conserveira teve um forte impacto e crescimento na antiga vila de Portimão, tendo o seu auge no período da II.^a Guerra Mundial. Com o fim da guerra, a diminuição da produção conserveira, processos de fabrico industriais ultrapassados e a menor atividade piscatória levaram ao declínio da indústria conserveira. Paralelamente nasce a indústria do turismo que teve o seu grande avanço de desenvolvimento a partir dos anos 60 do século passado.

Em termos de individualidades com destaque, oriundos de Portimão, pode-se indicar o 7.^o Presidente da República Portuguesa Manuel Teixeira Gomes. Esta figura era oriunda de uma família com forte poder económico, muito devido ao envolvimento no comércio e exportação de frutos secos. A residência da família de Teixeira Gomes é atualmente um museu. Neste espaço museológico encontra-se o espólio e acervo da história desta individualidade: descreve as suas facetas de homem político, escritor e relacionado com a cultura. Esta antiga habitação situava-se numa zona nobre da cidade, junto ao rio Arade e nas imediações do Palácio Bivar (atual Paços do Concelho de Portimão) e do Palacete Sárrea Garfias (atual Teatro Tempo).

4.2 Breve história da cidade de Loulé

Devido aos vestígios arqueológicos encontrados ao longo da cidade de Loulé sabe-se que o seu território foi ocupado pelos Fenícios, Gregos, Cartagineses, Romanos e Árabes. Segundo Oliveira (1905) o nome da cidade de Loulé provém de uma lenda associada ao nome de uma árvore, de um loureiro. Elemento arbóreo este que se encontra representado no brasão da cidade.

A Conquista do castelo árabe de Loulé pelos Cristãos deu-se no século XIII, em 1249 pelo cavaleiro e mestre da Ordem de Santiago, D. Paio Peres Correia (Oliveira, 1905). Mas foi só no reinado de D. Afonso III que se obteve o total controlo do povoado. Neste reinado foi também entregue o foral à antiga vila de Loulé e reconstruídas as muralhas do castelo com o atual perímetro. No início do século XIV, no reinado de D. João I foram tomadas iniciativas para atrair população na área intramuros do povoado. Já em 1471, por ordem do rei D. Afonso V, foi dada ordem de transformar uma albergaria situada na antiga vila em hospital, para receção dos feridos oriundos de Tânger (Almeida, 1988).

A vila de Loulé era composta por um conjunto de bairros: Arrabalde - bairro na parte norte do perímetro amuralhado, de classe média; Mouraria - a sul onde se encontrava instalada a comunidade islâmica; a Sapataria - zona nascente do perímetro

amuralhado ocupada por uma população pobre, onde estava o Mosteiro de S. Francisco, convento da St. Graça e o Hospital da N. Sr.^a dos Pobres; a Judiaria - lado poente, ocupada pela comunidade judaica e onde se encontra a a ermida de S. Sebastião, mais tarde a capela de N. Sr.^a da Conceição, da N. Sr.^a do Pilar, da N. Sr.^a do Carmo e o Convento do Espírito Santo. Todos estes espaços religiosos estavam adossados a pano da muralha do castelo.

Com o terramoto de 1755 a antiga vila de Loulé ficou praticamente destruída. Muitos dos edifícios religiosos deste povoado foram reconstruídos. Nesta fase de reconstrução surgiu um novo conjunto de edifícios apalaçados ou solares. Estes novos edifícios de carácter habitacional pertenciam a nobres da antiga vila de Loulé, com altos cargos administrativos ou militares. A localização destes edifícios centrava-se essencialmente na parte norte da cidade (Simões, 2012). A dita localização estratégica destes edifícios no centro urbano de Loulé fez com que um dos solares fosse ocupado e usado como quartel pelo exército francês de Napoleão.

Com o fim das ordens religiosas, em 1834, muitos dos espaços religiosos da antiga vila de Loulé foram ocupados por atividades comerciais. A vila teve nova transformação com o surgimento da linha de comboio em 1887, a cerca de 5 km de distância. A Estação de Loulé-Praia de Quarteira foi inaugurada em 1889. Nos meados do século XIX, a população da vila aumentou muito devido ao surgimento de novas pequenas indústrias. Consequentemente, este aumento de população provocou o crescimento da vila na parte poente. Deste modo, surgia a freguesia de S. Sebastião (Oliveira, 1905). Já no século XX foram projetadas para vila de Loulé novas infraestruturas: implementação na parte nascente de grandes avenidas inspiradas no desenho das avenidas novas de Lisboa. Tratava-se de espaços públicos com caráter social e cultural, onde possuíam o espírito de passeio público com equipamentos de lazer e culturais. Destes equipamentos destacam-se o Cinetreatro ou o Coreto de Loulé.

Dionísio (1927) descreveu a cidade de Loulé como um espaço urbano luxuosamente ordenado, com uma riqueza de elementos arquitetónicos, tais como as chaminés rendilhadas, de influência árabe. Indicando mesmo ser um dos espaços mais interessantes para conhecer na região do Algarve. Descreveu a existência de alguns estabelecimentos hoteleiros e comércio local. Descreveu também as indústrias existentes destacando-se as fábricas de curtumes, sabão, olarias, juta, linho, moagem esparto e palma. Em termos de património referiu o estado de conservação dos trechos da muralha do castelo, do convento do Espírito Santo, das ruínas do convento da Graça e de uma porta quinhentista na Avenida Marchal Pacheco, localizada na propriedade onde iria ser edificada a agência do Banco de Portugal. Também fez menção à Igreja Matriz, ao Hospital e à Igreja da N. S.^a dos Pobres com um portal manuelino e um cruzeiro em granito.

Já no período do Estado Novo (1933-1974) foi dado o seguimento ao planeamento urbano, com a implementação de novas avenidas e vias. O novo desenho da cidade de Loulé promovia o crescimento urbano para norte e sul. Neste processo de desenvolvimento surgiram novos equipamentos sociais, tais como uma agência dos CTT ou o Centro de Saúde. Neste mesmo período, em 16 de novembro de 1953, foi inaugurado o monumento em memória do ilustre e eng, Duarte Pacheco pelo então Presidente dos Ministérios António Oliveira Salazar – um dos seus mais destacados

ministros do Estado-Novo, tendo exercido os cargos de ministro da Educação e das Obras Publicas. Atualmente o crescimento da cidade dá continuidade ao executado nos princípios do século XX, sendo notório o crescimento para nascente da cidade.

5. CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO MATERIAL DOS PERCURSOS PEDONAIOS DOS CENTROS HISTÓRICOS DE PORTIMÃO E DE LOULÉ

5.1 Percursos pedonais turísticos das cidades de Portimão e de Loulé

Neste estudo pretende-se analisar dois itinerários situados em centros históricos de duas cidades localizadas na região do Algarve: a “Rota Acessível” na cidade de Portimão e os percursos pedonais “Comércio” e “Património” da cidade de Loulé.

A “Rota Turística Acessível” da cidade de Portimão desenrola-se em 29 vias públicas, numa extensão de 7 km, tendo 429 estabelecimentos comerciais, incluindo 14 objetos arquitetónicos com valor cultural (Figura 1).

Já os percursos pedonais “Comércio” e “Património” da cidade de Loulé envolvem 39 vias públicas numa trajetória aproximadamente de 3,3 km, com 438 estabelecimentos comerciais, incluindo 18 objetos arquitetónicos com valor patrimonial inseridos nos percursos pedonais de Loulé. Ambos os itinerários estão localizados na zona central urbana das suas cidades, incluindo as áreas históricas (Figura 2).

Figura 1. Percorso pedonal da “Rota Acessível” de Portimão”



Fonte: www.cm-portimao.pt

Figura 2. Percursos pedonais do “Comércio” e “Património” de Loulé



Fonte: www.cm-loule.pt

5.2 Percurso pedonal da cidade de Portimão – Rota Acessível

Para este estudo foi tido em consideração a paisagem e ambiente urbano dos centros históricos de Portimão e Loulé. No caso da “Rota Acessível” de Portimão 89,7% das vias tem o pavimento em calçada à portuguesa. No entanto, só 3,4% das vias com calçada à portuguesa possuem potencial valor patrimonial. Da análise efetuada constata-se que 24,2% dos estabelecimentos comerciais estão instalados em edifícios de carácter patrimonial. Dentro deste contexto foi constatada a existência de 14 objetos edificados de interesse ou valor Patrimonial (14=100%). Para esta contabilização teve-se em consideração as classificações dadas pela Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) e o Regulamento do Plano Diretor Municipal de Portimão, bem como os critérios de valor patrimonial edificado mencionados no *Guia de Reabilitação e Construção cidade de Loulé* (Raposo, 2007).

Segundo o estudo efetuado ao território onde se encontra inserida a rota pedonal de Portimão verifica-se que 42,9% dos edifícios com valor patrimonial possuem atividades comerciais, dos quais 35,7% não possuem barreiras arquitetónicas na sua entrada principal (Figura 3). Na área alvo de reabilitação urbana 14,3% do edificado com valor patrimonial teve intervenções de reabilitação. Todas elas transformaram os edifícios em espaços culturais de interesse publico. No âmbito deste estudo também se constata a existência de 6 tipologias arquitetónicas nos edifícios culturais ou interesse cultural deste percurso (Figura 4 e 5). Tal como Raposo (2007) defende a tipologia arquitetónica consiste numa abordagem e análise da arquitetura pertencente a um determinado lugar, através da caracterização do edificado segundo a sua peculiaridade, escala, materiais, composição e uso.

Figura 3. Junta de freguesia de Portimão, entrada principal acessível



Fonte: Própria, 2017

Figura 4. Edifício com arquitetura nobre – Paços do Concelho



Fonte: Própria, 2017

Figura 5. Edifício da antiga fábrica conserveira *La Rose*



Fonte: Própria, 2017

Figura 6. Ponto interpretativo da cultura e do local



Fonte: Própria, 2017

Relativamente aos edifícios classificados, do universo dos 14 objetos edificados de interesse cultural 42,9 % estão devidamente listados: 1 Edifício classificado de Interesse Público, Murallas do castelo de Portimão; 2 Edifícios classificados de Interesse Municipal ou Concelhio, Convento do Colégio dos Jesuítas e Igreja da Misericórdia; 1 Edifício em vias de classificação de interesse público, Casa Museu Manuel Teixeira Gomes; 1 Edifício m vias de classificação de interesse concelhio, Palácio Bivar (Paços do Concelho).

Quanto à informação existente e disponível nesta “Rota Acessível” pode-se mencionar que 58,4% das vias tem pontos de informação pertencentes à Rota, 13,8% possuem pontos de informação interpretativos da cultura e do local/ espaço público (Figura 6), e 17,2% tem com pontos interpretativos da cultura e da paisagem urbana local. Já em termos de informação adicional e acessível *online* constata-se 7,1% dos estabelecimentos comerciais, incluindo culturais, tem este tipo de comunicação, existindo 7, 1% de estabelecimentos culturais com comunicação através do canal áudio e com comunicação acessível (Código QR). Neste caso os espaços museológicos não possuem referências em Braille.

Relativamente à comunicação digital/*web*, do universo de edifícios culturais existentes na rota de Portimão 64,5% estão classificados no motor de busca *Google* e 21,3% possuem comentários no motor de busca de turismo *TripAdvisor*. Quanto à utilização de canais digitais pelos espaços culturais 35,7% dos edifícios culturais possuem página no *Facebook*.

5.3 Percursos pedonais da cidade de Loulé – Percurso “Comércio” e “Património”

Ao longo dos percursos pedonais de Loulé verifica-se a existência de 18 objetos edificados de interesse ou valor Patrimonial (18=100%). Os critérios de análise foram os aplicados na rota de Portimão. No caso dos percursos pedonais de Loulé 47,4% das vias tem o pavimento em calçada à portuguesa, tendo 15,7% potencial valor patrimonial (figura 7). Do estudo efetuado verifica-se que 44,4% dos edifícios com interesse ou valor patrimonial possuem atividades comerciais, e 27,8 % dos edifícios não possuem barreiras arquitetónicas na sua entrada principal (Figura 8). Na área alvo de reabilitação urbana 16,7% do edificado com valor patrimonial teve intervenções de reabilitação urbana, sendo alguns casos intervenções ou investimento de privados. Deste estudo constata-se a existência 5 tipologias arquitetónicas nos edifícios culturais ou interesse cultural pertencente aos percursos pedonais de Loulé (Figura 9). Neste estudo foi tido em consideração as definições dos tipos de edificado sugeridos por Raposo (2007).

Relativamente aos edifícios classificados, do universo dos 18 objetos edificados de interesse cultural 94,4% estão listados: 6 Edifícios classificados de Monumentos de Interesse Nacional: Capela da Nossa Senhora da Conceição, Castelo de Loulé, Igreja Matriz, Igreja da Misericórdia, Cruzeiro da Igreja da Misericórdia; 1 Edifício classificado de Interesse Municipal, Café Calcinha; 9 Edifícios classificados de património cultural: 1 Edifício Paços do Concelho, 1 Edifício antigo no Largo da Igreja da Matriz, 1 Convento Espírito Santo, Mercado Municipal, Bicas Velhas, Cineteatro Louletano, Edifício no Largo do Afonso III, Matadouro Municipal, Igreja Matriz de São Francisco.

Nos percursos pedonais de Loulé 39,5% das vias tem mais do que um objeto arquitetónico nobre. Neste trabalho foi analisada a informação disponível nos percursos referidos, onde foi constatada a existência de 15,8% de vias com pontos de informação (Figura 10), existindo 34,2% de vias com informação interpretativa da cultura e do local/ espaço público no âmbito dos percursos pedonais (Figura 11). Não existindo outros tipos de pontos de informação nos itinerários em estudo. Quanto à informação adicional e acessível *online* constata-se que 3,2% dos estabelecimentos comerciais, incluindo culturais, eram possuidores deste tipo de comunicação, existindo 5,5% de estabelecimentos culturais com comunicação acessível - Braille, Códigos interativo e Audioguias (Figura 12).

Figura 7. Calçada à Portuguesa



Figura 8. Igreja de São Francisco



Fonte: Própria, 2017

Figura 9. Edifício com valor patrimonial



Fonte: Própria, 2017

Figura 10. Ponto de informação identificação dos espaços culturais



Fonte: Própria, 2017

Figura 11. Informação interpretativa da cultura, Café Calcinha



Fonte: Própria, 2017

Figura 12. Informação interpretativa Museu Municipal de Loulé: Braille, Códigos interativos e Audio guias



Fonte: Própria, 2017

Relativamente à comunicação *web*, do universo de edifícios culturais dos percursos pedonais da cidade de Loulé 50% estão classificados no motor de busca *Google* e 33,3% possuem comentários no motor de busca de turismo *TripAdvisor*. Quanto à utilização de canais digitais pelos espaços culturais como forma de comunicação com os seus consumidores 22,2% possui página no *Facebook*, onde também procuram este canal para a divulgação e promoção dos seus eventos culturais.

De acordo com o itinerário proposto pelas rotas turísticas de Loulé, 16 edifícios de carácter patrimonial são sugeridos para visitar. Também é proposto a observação do ambiente urbano do centro histórico através de situações pontuais que se encontram espalhadas e integradas no percurso: vestígios arqueológicos de silos medievais na via pública; chaminé rendilhada, chaminé balão, arcos e aradarias existentes nas vias, porta e janela Manuelina, objetos arquitetónicos com traça vernacular típica do centro histórico.

Recentemente consideraram-se que algumas vias dos percursos pedonais de Loulé são comuns às dos Caminhos de Santiago (Sousa, 2017) – rota religiosa. Estes caminhos no Algarve iniciam-se na cidade de Faro e terminam em Almodôvar. Uma das quatro etapas inclui o centro urbano e histórico de Loulé. Todo o percurso algarvio foi devidamente reconhecido pela Delegação de Faro da Associação Espaço Jacobeus. Estando assim, o centro histórico da cidade de Loulé integrado na rota religiosa dos Caminhos de Santiago.

6. CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMATERIAL DOS PERCURSOS PEDONAIS

6.1 Percurso pedonal da cidade de Portimão – Rota Acessível

A UNESCO (2003: 2) considera património cultural imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural.”

Para este estudo foi também tido em consideração o regime jurídico que estabelece a salvaguarda do património cultural imaterial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, de 06/15, alterado pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de Agosto. Também foi analisado o património cultural imaterial já referenciado na Lista de Património Imaterial descrito e publicado pela UNESCO. Assim sendo, neste estudo foram aplicados os domínios identificados pelo regime jurídico referente ao património cultural imaterial, que integram as categorias predefinidas e aplicadas na inventariação em Portugal.

Tendo em consideração a revisão de literatura, a observação exploratória efetuada bem como a definição de património cultural imaterial propõem-se 3 elementos de património imaterial existentes no percurso pedonal Rota Acessível de Portimão: a procissão do Senhor dos Passos; as ilustrações em azulejaria existentes no Largo 1.º de Dezembro e a confeção de doces tradicionais locais.

A procissão do Senhor dos Passos, é um dos momentos religiosos mais importantes

na cidade de Portimão. Este culto decorre no período pascal. Consiste num conjunto de procissões onde o seu percurso localiza-se na zona antiga da cidade. Na procissão de Sexta-feira Santa o andor do senhor dos Passos percorre as principais vias do centro da cidade. O andor vai devidamente decorado, sendo acompanhado por peregrinos com tochas de flores. Nas habitações existentes ao longo do percurso da peregrinação, os residentes mais querentes adornam nas janelas ou varandas com colchas e rendas luxuosas. Este percurso envolve 3 vias que fazem parte da rota: Alameda da República, Av. São João de Deus e Rua do Comércio. Consiste num episódio com forte ligação com a comunidade, nomeadamente com os residentes de Portimão. Este património cultural imaterial pode ser enquadrado no domínio das práticas sociais, rituais e eventos festivos.

Relativamente às ilustrações em azulejaria no Largo de 1.º de Dezembro, estas fazem parte da intervenção do Largo executada nos anos 30 do século passado. Trata-se de um conjunto de 6 painéis que se encontram instalados em assentos de jardim. Este conjunto de painéis relata episódios da história de Portugal. Para além dos painéis de azulejaria, este espaço verde possui uma escadaria de pedra ladeada com dois candeeiros do estilo Arte Nova (*Art Nouveau*), e no meio do jardim está uma fonte com uma escultura de Bordalo Pinheiro (1846-1905). Consistia num espaço público de grande importância para a vivência social da cidade. Este caso, pode ser considerado um património imaterial no domínio das expressões artísticas e manifestações de carácter performativo.

Quanto à gastronomia, de acordo com a revisão de literatura, a cidade de Portimão era conhecida pela sua doçaria tradicional e pelos ambientes sociais e de lazer, tais como o Café Casa Inglesa (Dionísio, 1927). Este estabelecimento ainda se encontra aberto ao público, com a sua arquitetura interior original. Um das suas especialidades são os doces tradicionais algarvios, como os Dom Rodrigues ou os morgados, entre outros. Já este património cultural imaterial em causa pode ser integrado no domínio das competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais. Técnicas essas que consistem no modo de elaborar um produto com alimentos regionais, sendo esse saber transmitido de geração para geração.

6.2 Percursos pedonais da cidade de Loulé – Percurso “Comércio” e “Património”

Através da revisão de literatura e da observação exploratória no território da cidade de Loulé no presente estudo propõem-se 4 elementos de património imaterial existentes no percurso pedonal “Comércio” e “Património”: o culto à Nossa Senhora da Piedade de Loulé (evento que se encontra em processo de registo no inventário nacional do património cultural imaterial); as práticas sociais desenvolvidas tradicionalmente no Café Calcinha (ex. tertúlias); o espólio do Poeta António Aleixo que traduz a tradição poética popular de sátira social, e o Carnaval de Loulé.

A procissão da Nossa Senhora da Piedade consiste num culto religioso que decorre após o período Pascal. Sabe-se que é uma tradição secular, que vem desde o século XVI. Possui dois momentos, a Festa Pequena e a Festa Grande. A ligação deste culto à comunidade envolve vários grupos, tendo eles uma participação bastante ativa no culto: os Homens do Andor, conjunto de ilustres homens filhos da terra que têm a honra de

levar o andor; a Sociedade Filarmónica Artistas de Minerva, que acompanha as procissões de ambas as Festas; O Clube Hípico de Loulé, que realiza uma homenagem a Nossa Senhora da Piedade, na noite anterior à Festa Grande, com uma montada até à Igreja de São Francisco (onde se encontra a Imagem da Santa nesse período); Os estudantes do antigo Instituto Universitário D. Afonso III, em Loulé, com a colocação das suas capas no chão do interior da Ermida de Nossa Senhora da Piedade, aquando da Festa Grande (Aleixo, 2015). Para este património cultural imaterial considera-se que poderá enquadrar-se no domínio das práticas sociais, rituais e eventos festivos.

Em termos de espaços sociais pode-se mencionar o Café Calcinha. Este estabelecimento foi fundado em 1928, num período onde existiam vários tipos de estabelecimentos idênticos em Portugal, tais como a Brasileira do Chiado e o Martinho da Arca (espaços frequentados por Fernando Pessoa) ou a Confeitaria Nacional em Lisboa. Recentemente foi reabilitado, tendo sido respeitado arquitetura interior, tipicamente do estilo Arte Nova. Tratava-se de um espaço de encontro para tertúlias entre intelectuais e políticos da cidade de Loulé. Dois ilustres que frequentavam esses encontros eram o Poeta António Aleixo e Joaquim de Magalhães (Mendes, 2013). Estes momentos de encontro para tertúlia ainda hoje são promovidos. Neste caso, o património em causa pode ser integrado no domínio das práticas sociais, rituais e eventos festivos.

O Carnaval de Loulé existe desde 1906, sendo uma prática social com forte importância para a comunidade louletana. Para além dos bailes, os momentos altos do Carnaval são os seus cortejos, que decorrem no centro da cidade. É um dos maiores eventos na cidade de Loulé, que atrai um vasto número de visitantes. Inicialmente tratava-se de um cortejo de carros de mula ou carroças, revestidos com flores de papel. Um dos episódios mais marcantes desse cortejo era a batalha das flores; onde eram atirados dos carros, flores de papel com rebuçados e confetis. Esta tradição ainda persiste nos nossos dias. Tal como as Festas da Nossa Senhora da Piedade é um dos momentos altos do convívio e de socialização para a comunidade de Loulé. Alguns defendem que se trata do Algarve mais antigo de Portugal (Raimundo, 2004). Para este património cultural imaterial considera-se que poderá enquadrar-se no domínio das práticas sociais, rituais e eventos festivos.

O Poeta António Aleixo foi um dos mais famosos poetas algarvios dos meados do século XX. De origem humilde, era frequentador das tertúlias e conversas com a alta sociedade Louletana que decorriam no Café Calcinha. O seu reconhecido foi dado pelo apreço dos seus poemas pela sociedade cultural algarvia. É considerado um poeta popular, com um forte espírito crítico social bem como com um excelente sentido filosófico. Existe um vasto espólio já publicado (Mendes, 2013). A importância desta personagem para a comunidade Louletana traduz-se na existência da estátua do Poeta Aleixo junto à esplanada do Café Calcinha, bem como a mesa onde se costumava sentar neste estabelecimento exposta no Castelo de Loulé. Neste caso pode ser considerado de património cultural imaterial no domínio das tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial.

O artesanato é uma prática social e cultural, que explica os modos de vida de determinadas comunidades. Uma das tipologias de turismo cultural que existe em Loulé é o turismo criativo. Este tipo de turismo é baseado nas tradições populares locais,

sendo este património imaterial uma oportunidade para organizar eventos culturais e patrimoniais no espaço urbano. Grande parte destes eventos decorre no centro histórico da cidade de Loulé (Santos & Silva, 2016).

A cidade de Loulé possui um projeto de turismo criativo, “Loulé Criativo”, que faz parte da Rede de Turismo Criativo. Neste âmbito, destaca-se o curso de caldeireiro artesanal ou *workshops* de como fazer flores de papel colorido (corte, colagem e moldagem), com a mesma técnica à aplicada na decoração dos carros alegóricos do cortejo do Carnaval. Esta técnica e a sua aplicação podem ser consideradas como património, tal como as flores das Festas do Povo de Campo Maior, no Alentejo. Também existem outros eventos relacionados com a gastronomia tradicional local ou técnicas construtivas tradicionais. Destacam-se os *workshops* de doces com frutos secos ou a técnica de pintura de frescos em base de barro, por exemplo.

Figura 13. Estátua do Poeta Aleixo, Café Calcinha



Fonte: Própria, 2017

7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir de metodologia comparativa constata-se que os percursos pedonais da cidade de Loulé são possuidores de vias com forte impacto na estratégia de reabilitação urbana. Da análise efetuada é possível verificar que os percursos de Loulé têm maior percentagem de vias com edifícios com valor patrimonial, bem como vias já com intervenções de reabilitação e em áreas de proteção (Quadro 3). Em termos de edificado e património, os percursos pedonais de Loulé, têm maior percentagem de edifícios com valor patrimonial com usos/atividades económicas implementadas, edifícios com interesse cultural bem como com atividades económicas ligadas a privados e/ou a entidades públicas. Também são nestes percursos pedonais que se encontra uma maior

percentagem de edifícios culturais com intervenções de reabilitação urbana bem como de edifícios classificados. Relativamente ao percurso pedonal de Portimão existe uma maior percentagem de edifícios culturais sem barreiras arquitetónicas bem como uma maior diversidade arquitetónica em termos de caracterização tipológica (Quadro 4).

Já no âmbito da informação e comunicação constata-se que a rota de Portimão tem mais e melhores meios de comunicação comparativamente com os percursos de Loulé: maior número e variedade de pontos de informação ao longo do percurso bem como uma melhor informação dada nos meios da *Web*: nomeadamente na classificação no motor de busca *Google* e na rede social *Facebook*. No entanto, foi constatado que o espaço museológico de Loulé possui uma maior diversidade de canais de comunicação acessíveis para o consumidor bem como um maior número de objetos patrimoniais identificados no motor de busca turístico *TripAdvisor* (Quadro 5).

Embora os percursos de Loulé possuem maior número de elementos categorizados de património cultural imaterial comparativamente com o percurso de Portimão, este último possui um maior número de domínios. Devido a essa diversidade de domínios, considera-se que são mais marcantes na vivência da comunidade no caso do percurso da cidade de Portimão. Este facto pode ser verificado pela perpetuidade dos elementos patrimoniais culturais e imateriais ao longo do ano. Enquanto no caso dos percursos de Loulé metade do património cultural imaterial identificado é constatado e vivenciado num determinado período de tempo – práticas de rituais e eventos festivos. (Quadro 6).

Quadro 3 - Síntese dos dados sobre os Património no espaço publico

Aspetos em análise nos percursos pedonais	Rota acessível da cidade de Portimão	Percursos “Comércio” e “Património” da cidade de Loulé
Pavimentos dos percursos pedonais do tipo calçada portuguesa	89,7 %	47,4 %
Pavimentos dos percursos pedonais em calçada portuguesa com potencial valor patrimonial	3,4%	15,7%
Vias com Edifícios com arquitetura nobre	1,6 %	50,0 % (sendo 39,5% uma via com edifícios de carater nobre)
Vias com intervenção urbana (reabilitação urbana)	13,8% (Marginal Ribeirinha - 2009 Praça Manuel Teixeira Gomes - 2000 Alameda da República - 2002 Praça 1.º Maio - 1990)	26,3% (Praça da República Praça Afonso III Rua Dom Paio Peres Correia Largo São Francisco Largo D. Pedro I Rua das Bicas Velhas Rua Vice Almirante Cândido dos Reis Rua Condestável Dom Nuno Alvares Pereira Rua da Barcarã Largo do Convento Espírito Santo)
Áreas de lazer espaço publico	13,8% Alameda da República Praça Teixeira Gomes Jardim Bivar Largo 1.º Dezembro	5,8% Jardim dos Amuados (com miradouro) Largo de São Francisco

Fonte: Elaboração própria, 2017

Quadro 4 - Síntese dos dados sobre o edificado e património

Aspetos em análise nos percursos pedonais	Rota acessível da cidade de Portimão	Percursos “Comércio” e “Património” da cidade de Loulé
Número de objetos arquitetónicos com interesse cultural	14 = 100% (Cinema algarcine (séc. XX), Auditório Municipal de Portimão, Museu de Portimão (1930), Auditório do Museu de Portimão, Guindaste Marim 2 (1948), Murallas de Portimão (séc. XV), Paços do Concelho (séc. XVII), Museu Manuel Teixeira Gomes (séc. XVIII), Teatro Tempo (séc. XVIII), Coreto (1925), Convento do Colégio dos Jesuítas, Igreja da Misericórdia (séc. XVIII), Café Casa Inglesa (1922))	18 = 100% (Cineteatro Louletano (1930), Igreja da Nossa Senhora da Graça (séc. XIII), Igreja da Misericórdia (séc. XVI), Cruzeiro da Igreja da Misericórdia (séc. XVI), Convento do Espírito Santo (séc. XVII), Galeria do Espírito Santo, Igreja Matriz de Loulé (séc. XIII), Ermida da Nossa Senhora do Pilar (séc. XVII), Banhos Islâmicos, Castelo de Loulé (séc. XIII), Museu Municipal de Loulé – antiga Alcaidaria (séc. XIII), Capela da Nossa Senhora da Conceição (séc. XVII), Igreja Matriz de São Francisco (séc. XVIII), Mercado de Loulé (1908), Café Calcinha (1929), Bicas Velhas (séc. XIX), Matadouro, Edifício Largo Afonso III séc. XX)
Número de edifícios com interesse cultural com atividade comercial	42,9 % 6 edifícios Cinema algarcine (restauração) Museu de Portimão (loja) Teatro Tempo (Café concerto) Convento do Colégio dos Jesuítas (serviços públicos – Junta de Freguesia de Portimão) Café Casa Inglesa (restauração) Museu Manuel Teixeira Gomes (loja)	44,4 % 8 edifícios Cineteatro Louletano (Café encerrado) Convento da Nossa Senhora da Misericórdia (Serviços de Saúde, Hospital - particular) Convento Espírito do Santo (2 restauração) Museu Municipal de Loulé (loja) Mercado de Loulé (comercio local) Café Calcinha (restauração) Matadouro (serviços públicos)
Número de espaços culturais sem barreiras arquitetónicas na entrada	35,7% 4 edifícios (Cinema algarcine, Auditório Municipal de Portimão, Museu de Portimão, Auditório do Museu de Portimão, Teatro Tempo)	27,8 % 5 edifícios (Igreja da Nossa Senhora da Graça, Museu Municipal de Loulé, Capela da Nossa Senhora da Conceição, Igreja Matriz de São Francisco, Igreja da Nossa Senhora da Misericórdia)
Numero de edifícios culturais que sofrem intervenções de reabilitação	14,3 % 2 edifícios (Museu de Portimão, Teatro Tempo)	16,7 % 3 edifícios (Igreja da Nossa Senhora da Graça, Igreja da Nossa Senhora da Misericórdia, Banhos Islâmicos)
Classificação tipológica em termos arquitetónicos em edifícios culturais	2 Edifícios de Arquitetura Contemporânea 2 Edifício Arquitetura Nobre 3 Edifícios Arquitetura Patrimonial 2 Edifícios Arquitetura Religiosa 3 edifícios Arquitetura Industrial 1 Arquitetura Militar 6 Tipologias arquitetónicas	2 Edifício de Arquitetura NeoClassica 2 Edifício Arquitetura Nobre 5 Edifício Arquitetura Patrimonial 8 Edifício Arquitetura Religiosa 1 Arquitetura Militar 5 Tipologias arquitetónicas

Quadro 4 (cont.) - Síntese dos dados sobre o edificado e património

Aspetos em análise nos percursos pedonais	Rota acessível da cidade de Portimão	Percursos “Comércio” e “Património” da cidade de Loulé
Número de edifícios classificados	42,9 % 6 edifícios	94,4% 17 edifícios
	<p>1 - Edifícios classificados de Interesse Público Murallas do castelo de Portimão -</p> <p>2 - Edifícios classificados de Interesse Municipal ou Concelho Convento do Colégio dos Jesuítas Igreja da Misericórdia</p> <p>1- Edifícios em vias de classificação de interesse público Casa Museu Manuel Teixeira Gomes</p> <p>1 - Edifícios m vias de classificação de interesse concelhio Palácio Bivar (Paços do Concelho)</p>	<p>6 - Edifícios classificados de Monumentos de Interesse Nacional Ermida da Nossa Senhora da Conceição Castelo de Loulé Igreja Matriz Igreja da Misericórdia Cruzeiro da Igreja da Misericórdia</p> <p>1 - Edifícios classificados de Interesse Municipal Café Calcinha</p> <p>9 - Edifícios classificados de património cultural Edifício Paços Concelho Edifício antigo no Largo da Igreja da Matriz Convento Espírito Santo Mercado Municipal Bicas Velhas Cineteatro Louletano Edifício no Largo do Afonso III séc. XVII) Matadouro Municipal Igreja Matriz de São Francisco</p>

Fonte: Elaboração própria, 2017

Quadro 5 - Síntese dos dados sobre a informação e comunicação no património

Aspetos em análise nos percursos pedonais	Rota acessível da cidade de Portimão	Percursos “Comércio” e “Património” da cidade de Loulé
Vias com pontos de informação dos percursos	58,4 %	15,8 % (informação)
Vias com pontos de informação interpretativos do local	13,8 % (no âmbito do percurso)	34,2 % (no âmbito do percurso)
Vias com outros pontos de informação interativos	20,7 % (do percurso pedonal)	0 %
Vias com pontos de informação local	17,2 % (interpretativo da cultura e da paisagem urbana local)	0 %
Informação adicional acessível – espaços comerciais e culturais	7,5 %	3,2 %
Número de espaços culturais com comunicação áudio	7,14 % (Museu de Portimão)	0 %
Edifícios culturais com comunicação acessível	7,14 % Igreja do Colégio dos Jesuítas (Código QR)	5,5% Museu Municipal de Loulé (Braille, Códigos interativos e Audioguias)
Edifícios culturais classificados pela Google	64,3% (9) (Cinema algarcine, Museu de Portimão (1930), Paços do Concelho (séc. XVII), Museu Manuel Teixeira Gomes (séc. XVIII), Teatro Tempo (séc. XVIII), Coreto (1925), Convento do Colégio dos Jesuítas, Igreja da Misericórdia (séc. XVIII), Café Casa Inglesa (1922))	50% (9) (Cineteatro Louletano (1930), Convento do Espírito Santo (séc. XVII), Igreja Matriz de Loulé (séc. XIII), Castelo de Loulé (séc. XIII), Museu Municipal de Loulé – antiga Alcaidaria (séc. XIII), Igreja Matriz de São Francisco (séc. XVIII), Mercado de Loulé (1908), Café Calcinha (1929), Bicas Velhas (séc. XIX))

Quadro 5 (cont.) - Síntese dos dados sobre a informação e comunicação no património

Aspetos em análise nos percursos pedonais	Rota acessível da cidade de Portimão	Percursos “Comércio” e “Património” da cidade de Loulé
Edifícios culturais com comentários no <i>Tripadvisor</i>	21,4% (3) (Museu de Portimão (1930), Igreja da Misericórdia (séc. XVIII), Café Casa Inglesa (1922))	33,3% (6) (Igreja Matriz de Loulé (séc. XIII), Castelo de Loulé (séc. XIII), Museu Municipal de Loulé – antiga Alcaidaria (séc. XIII), Capela da Nossa Senhora da Conceição (séc. XVII), Mercado de Loulé (1908), Café Calcinha (1929))
Edifícios culturais com página no <i>Facebook</i>	35,7% (5) (Cinema algarçine, Museu de Portimão (1930), Paços do Concelho (séc. XVII), Teatro Tempo (séc. XVIII), Café Casa Inglesa (1922))	22,2% (4) (Cineteatro Louletano (1930), Museu Municipal de Loulé – antiga Alcaidaria (séc. XIII), Mercado de Loulé (1908), Café Calcinha (1929))

Fonte: Elaboração própria, 2017

Quadro 6 - Síntese dos dados sobre património cultural imaterial

Aspetos / domínios em análise nos Percursos turísticos pedonais	Percorso pedonal turístico acessível da cidade de Portimão	Percursos pedonais culturais turísticos da cidade de Loulé
Práticas sociais, rituais e eventos festivos	1 Procissão do Senhor dos Passos Evento de culto	3 Culto da Nossa Senhora da Piedade Evento de culto (com processo de registo no inventário nacional do património cultural imaterial) Carnaval de Loulé Café Calcinha – espaço social de encontros e tertúlias (práticas sociais)
Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial		1 Espólio do Poeta António Aleixo
Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo	1 As ilustrações em azulejaria existentes no Largo 1.º de Dezembro	
Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	1 Confeção de doces tradicionais locais	
Informação adicional de turismo acessível nos espaços comerciais e culturais	7,5 %	3,2 %

Fonte: Elaboração própria, 2017

8. CONCLUSÕES

O património e a cultura são elementos essenciais para um desenvolvimento sustentável. Este desenvolvimento pode ser promovido em diversas dimensões, uma das quais na reabilitação urbana. Sendo assim fundamental para os centros históricos, a necessidade de preservação do seu património e da sua cultura. Este facto está em existir uma diversidade de instituições e de instrumentos disponíveis para auxiliar na

gestão de territórios culturais - tecido urbano. O turismo neste processo pode desencadear dinâmicas urbanas, nomeadamente na área da sustentabilidade. Trazendo mesmo um impacto positivo quando lugares ou espaços culturais e/ou patrimoniais optam por sistemas de gestão de destino e de património.

Neste estudo pode-se concluir que existe património material e imaterial nos percursos em análise. O património material está sobretudo materializado em edifícios de carácter nobre. No entanto, também foi possível verificar que o património edificado, tipo vernacular e industrial, também tem importância patrimonial. Neste estudo constatou-se que os percursos de Loulé possuem um maior número de património edificado e com maior grau de importância em termos de classificação. No entanto, é no percurso de Portimão que existe uma maior partilha e divulgação deste tipo de património. Este facto constatou-se pelas diferentes formas de informação. Foi também possível constatar que há uma atitude mais conservadora na divulgação e partilha do património edificado nos percursos de Loulé.

Já em termos de património cultural imaterial, a falta de informação é sentida de igual modo em ambos os percursos em análise, possivelmente por se tratar de um assunto emergente. Em ambos os casos, o património cultural imaterial não é devidamente partilhado ou divulgado. Nestes dois percursos é dada maior importância às experiências relacionadas com o património edificado e à história urbana local, do que ao património cultural imaterial local. Existindo assim, um enorme potencial a ser explorado no turismo cultural urbano em ambos os percursos pedonais. Essa inovação poderá ser na integração do património cultural imaterial nas vivências e experiências dos percursos pedonais. Considera-se que existe um maior potencial de sucesso, a curto/medio prazo, no caso do percurso de Portimão. Supõe-se esta hipótese devido à diversidade de domínios diagnosticados neste estudo e sua permanência temporal – trata-se de domínios relacionados com expressões e competências humanas que se podem encontrar ao longo do ano e não num período específico tempo. No entanto, deve-se de elogiar as iniciativas de promoção do património cultural imaterial efetuadas pelo Município de Loulé, através do processo de registo no inventário nacional do património cultural imaterial, o evento religioso/culto à Nossa Senhora da Piedade. Evento, popularmente mais conhecido por Mãe Soberana. Demonstrando assim, uma alteração do paradigma na área da cultura e do que deve ser preservado. A governança local possui assim, uma importância fundamental na criação de estratégias e políticas na área da preservação e divulgação do património cultural local, seja ele material, edificado ou imaterial.

A cultura é um elemento renovador e regenerador das vivências das comunidades e dos seus ambientes urbanos. Muitas destas dinâmicas estão pensadas para o desenvolvimento do turismo, mas também para alimentar o orgulho da cultura local por parte dos residentes. Quando a cultura está integrada com o planeamento urbano e com a preservação do património poderá potenciar o desenvolvimento de um turismo de qualidade e acessível.

A cultura local dá a oportunidade de um desenvolvimento de localidades em diversas dimensões, nomeadamente a criação de um segmento alternativo, turismo cultural e/ou acessível. Na cidade de Loulé algumas tradições estão a ser recuperadas através do turismo criativo - com base no *design* e no artesanato local. No entanto,

poucas das indústrias tradicionais que se encontram quase em extinção são potencialidades para a economia local. Poderão constituir mais ofertas de experiências turísticas. Principalmente experiências turísticas de alta qualidade, se todos os tipos de património cultural, sejam eles edificados, urbanos, históricos ou imateriais tiverem integrados.

A cultura poderá desencadear processos de inventariação, de reabilitação urbana do espaço público bem como a criação de ambientes patrimoniais urbano de qualidade. Podendo mesmo potencializar o investimento privado, e dar continuidade ao ambiente cultural através de intervenções de reabilitação de edifícios. Estas intervenções poderão ser determinantes nas vivências nos espaços culturais, tornando-os mais acessíveis – contribuindo para uma melhor qualidade de vida dos residentes, visitantes e para a inclusão social.

A cultura local é sem dúvida um instrumento promotor do desenvolvimento sustentável na área do turismo e da reabilitação urbana. Devendo assim no futuro, todas estas disciplinas estar associadas para que haja um desenvolvimento integrado e inovador, nomeadamente no destino Algarve.

9. AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer ao Dr. Pedro Castelo Xavier, Vereador do pelouro de Regeneração Urbana da Câmara Municipal de Portimão (2014-2017) e à Arquitecta Sofia Pontes, chefe da Unidade Operacional de Reabilitação e Requalificação Urbana da Câmara Municipal de Loulé, pela disponibilização de informação.

10. REFERÊNCIAS

- Aleixo, J. (coord.) (2015). Processo de Inventariação da manifestação religiosa da Mãe Soberana no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (P.C.I.). *Direcção-Geral do Património Cultural (D.G.C.P.)*.
- Almeida, J. A. (1988). *Tesouros Artísticos de Portugal*. Selecções Reader's Digest. 3.º edição, Porto.
- Alves, E. (2012). Diversidade cultural, património cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global. *Sociedade e Estado*, 25(3), 539-560.
- Assembleia da República (2008). Tratado de Lisboa, versão consolidada. *Assembleia da República*, Divisão de Edições da Assembleia da República, 153,175-176.
- Bandarin, F., & van Oers, R. (2012). *The Historic Urban Landscape, Managing Heritage in a urban century*. Wiley-Balckwell, UK.
- Câmara Municipal de Loulé. (2016). *RIU Loulé 2020, Plano de Ação para a Regeneração urbana no centro histórico de Loulé e Plano de Ação para a Regeneração*. Câmara Municipal de Loulé.

Journal of Tourism and Heritage Research (2020) vol, nº 3, nº 3 pp. 423-451, Rodrigues, A.; Rosa, M. & Rebelo E. “Analysis of pedestrian itineraries in the historical centers of the cities of portimão and loulé: a contribution to cultural and accessible tourism”

- Câmara Municipal de Portimão. (2014). *ARU Área de Reabilitação Urbana Centro Histórico de Portimão*. Câmara Municipal de Portimão.
- Carmona, F.; Tabales, J., & Ocerín, J. (2017). La informacion de un producto turístico la Ruta de La Batalla de Munda. *International Journal of Scientific Management and Tourism*, 3(2), 175-190.
- Choay, F. (1999). *A Alegoria do Património*. Edições 70, Lisboa, Portugal.
- Choay, F. (2005). *Património e Mundialização*. Casa do Sul editora, centro de história da arte da Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Conselho da Europa (1976). Carta de Amesterdão.
- Conselho da Europa (2005). Convenção de Faro ratificada em Diário da República Portuguesa em 2008, pela Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008.
- Csapó, J. (2012). The role and importance of cultural tourism in modern tourism industry. *Strategies for Tourism Industry-Micro and Macro Perspectives*, 201-232.
- Decreto-Lei n.º 149/2015 de 4 de agosto, 2015, Diário da República, 1.ª série, n.º 150, (2015).
- Dionísio, S. (1927). *Guia de Portugal, Estremadura, Alentejo e Algarve*. Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa.
- Ferri, B., & Maturo, A. (2014). Built cultural heritage and urban development: elements for a cultural planning in Pescara city (Italy). *Built Heritage 2013 Monitoring Conservation Management*, 506 -514.
- Gaetan, S., & Zheer, A. (2017). Culture as a Driver for Sustainable Urban Development. *UIA 2017 Seoul World Architects Congress*. 1-6.
- Ginting, N., & Wahid, J. (2015). Exploring Identity's Aspect of Continuity of Urban Heritage Tourism. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 202, 234-241.
- Governo da Irlanda (2011). Access, Improving the accessibility of historic buildings and places. *The Stationery Office*, Dublin. 5-17.
- Guzmán, P; Roders, A., & Colenbrander, B. (2014). Bridging the gap between urban development and cultural heritage protection. *IAIA14 Conference Proceedings', Impact Assessment for Social and Economic Development, 34th Annual Conference of the International Association for Impact Assessment*.1-4.
- Hassler, U.; Algreen-Ussing, G., & Kohler, N. (2002). Cultural heritage and sustainable development. *SUIT Position*. 1-5.
- ICOMOS (1999). A Carta Internacional do Turismo Cultural, Gestão do Turismo nos Sítios com Significado Patrimonial, a adoptada pelo ICOMOS na 12.ª Assembleia Geral no México, 1-9.
- ICOMOS (2008). Carta dos Itinerários Culturais. Comité Científico Internacional dos Itinerários Culturais, ratificada pela 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, Québec, Canadá.

Journal of Tourism and Heritage Research (2020) vol, nº 3, nº 3 pp. 423-451, Rodrigues, A.; Rosa, M. & Rebelo E. “Analysis of pedestrian itineraries in the historical centers of the cities of portimão and loulé: a contribution to cultural and accessible tourism”

- ICOMOS (2011). Princípios de La Valeta para a salvaguarda e gestão das populações e áreas urbanas históricas, adaptado na XVIII Assembleia Geral de ICOMOS a 28 de novembro de 2011.
- Lopes, F. (2013). *Zonas de proteção ao património edificado arquitectónico, para que servem?*. Caleidoscópico, edição e artes gráficas, S.A. Casal de Cambra, Portugal.
- Mendes, A. (2013). *Catálogo do espólio documental de Joaquim Magalhães (1909-1999)*. Universidade do Algarve.
- Moura, A.; Kastenholz, E., & Pereira, A. (2017). Património e acessibilidade: Reflexão sobre os constrangimentos do Turismo Acessível. *Efeitos do turismo na reabilitação urbana e do património*. 443-454.
- Nações Unidas (2016). *Nova Agenda Urbana, Habitat III*. 6-7, 13, 16-24.
- Oikonomopoulou, E.; Delegou, E.; Saya, J., & Moropoulou, A. (2017). An innovative approach to the protection of cultural heritage: the case of cultural routes in Chios island, Greece. *Journal of Archaeological Science Reports*, 14, 742-757.
- Oliveira, F. (1905). *Monografia do concelho de Loulé*. Algarve em foco editora, 4.º edição do ano de 1989, Faro.
- Peixoto, P. (2017). *Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades*. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades.
- Pereira, J. F. (2012). *Portimão desconhecido Proposta de divulgação alternativa*. Tese de mestrado não publicada, Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitectura de Lisboa.
- Porto Editora (2003). Portimão in Dicionário infopédia de Toponímia. Porto: Porto Editora, 2003-2017.
- Raimundo, H. (2004). *O Entrudo e o Carnaval*. A Voz de Loulé.
- Raposo, I. (coord.) (2007). *Guia da reabilitação e construção. Cidade de Loulé*. Loulé. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Câmara Municipal de Loulé.
- Roders, A. & van Oers, R. (2011). Editorial: bridging cultural heritage and sustainable development. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 1 (1), 5-14.
- Santos, J., & Silva, J. (2016). Arte popular criativa e turismo cultural na cidade de Loulé (Algarve/Portugal). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 10 (2), 212-232.
- Simões, J. (2012). *História económica, social e urbana de Loulé*. Caderno n.º7. edição Arquivo Municipal de Loulé, Loulé, Portugal.
- Sørmoen, O. (2009). *Accessibility to Cultural Heritage. Nordic Perspectives*. TemaNord, Nordic Council of Ministers, Copenhagen.
- Sousa, S. (2017). As memórias de Santiago: do Património aos Itinerários dos Peregrinos. Dissertação de Mestrado em Marketing Turístico, Universidade do Algarve.

Journal of Tourism and Heritage Research (2020) vol, nº 3, nº 3 pp. 423-451, Rodrigues, A.; Rosa, M. & Rebelo E. “Analysis of pedestrian itineraries in the historical centers of the cities of portimão and loulé: a contribution to cultural and accessible tourism”

Turismo de Portugal. (2017). *Estratégia Turismo 2027, Liderar o Turismo do futuro.*

UNESCO (2003). *Convenção para a salvaguarda do património imaterial.* United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Paris, França, 32ª sessão.

UNESCO (2016). *Urban Future Global Report on Culture Urban Development.* United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Paris, França.

UNTWO (2015). *Cultural Routes and Itineraries.* World Tourism Organization, Madrid, Espanha.

Wang, J. (2012). Problems and solutions in the protection of historical urban areas. *Frontiers of Architectural Research*, 1, 40-43.

Sitelogia

www.cm-portimao.pt

www.culturalg.pt

www.infopedia.pt

www.turismodeportugal.pt

<https://ich.unesco.org>